



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008648-44.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Anulação de Débito Fiscal**
 Requerente: **Sistema Facil, Incorporadora Imobiliária - Sao Carlos Ii - Spe Ltda**
 Requerido: **Município de São Carlos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Sistema Fácil Incorporadora Imobiliária São Carlos II – SPE LTDA move ação anulatória de débito fiscal contra o Município de São Carlos, tendo por objeto o IPTU/2016 relativo ao imóvel da mat. 119.774, lançado por gleba pela prefeitura municipal, embora tenha sido desmembrado em unidades autônomas no ano de 2015.

Liminar concedida, pp. 101/102.

Contestação às pp. 110/116, alegando-se que no sistema da prefeitura consta o pedido de individualização apenas em 22/02/2016, ou seja, após o fato gerador.

Réplica às pp. 157/160.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

Às pp. 76/88 está comprovado que, de fato, em 2015, ou seja, antes da ocorrência do fato gerador relativo ao IPTU/2016, houve o desmembramento do imóvel objeto da mat. 119.774 para unidades autônomas, inclusive com a abertura de matrículas individualizadas.

A partir daí, a autora já não mais é contribuinte do imposto, vez que não tem a propriedade, o domínio útil ou a posse do imóvel, como exige o art. 29 do Código Tributário Nacional.

O réu, em contestação, não trouxe nenhum embasamento jurídico capaz de afastar a conclusão acima. O fato de o cadastro municipal não estar atualizado e eventual responsabilidade da autora de promover a atualização não repercute sobre a questão controvertida. Pode ter outras consequências, mas não esta de legitimar a obrigação tributária na forma em que (indevidamente) constituída, porquanto o lançamento deve retratar a situação fática com exatidão, de modo a respeitar a hipótese de incidência tributária. Nesse sentido, aliás, a farta jurisprudência colacionada pela autora com a inicial.

Confirmada a liminar, julgo procedente a ação para anular o IPTU/2016 lançado por gleba sobre o imóvel objeto da mat. 119.774, condenando o réu em custas e despesas de reembolso e honorários arbitrados em 10% sobre o valor atualizado da causa.

P.I.

São Carlos, 26 de janeiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**